



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA DE
TRINTA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE

---- Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mortágua.-----

---- Depois de saudar todos os presentes, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, passando de imediato à conferência da presença dos Membros, verificando-se que a Dr^a. Ana Paula Gomes Cordeiro eleita pelo PPD/PSD e o Dr. Óscar Miguel Seabra Gomes eleito pelo CDS-PP faltaram à presente sessão fazendo-se substituir, nos termos dos art^{os} 52^o. e 56^o. do Regimento da Assembleia Municipal, respetivamente pelo Eng^o. Carlos Miguel Silva Gomes e pela Dr^a. Ana Margarida Ferreira Valente.-----

---- O Presidente da Assembleia registou a não presença na sessão dos Senhores Vereadores Dr^a. Emília Maria de Almeida Neves de Matos, Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, tendo este último justificado a sua ausência devido ao facto de estar ausente no Concelho.-----

---- Informou também que o Dr. Acácio Fonseca Fernandes lhe tinha dado conhecimento que chegaria mais tarde, o que aconteceu, por motivos profissionais dado que se encontrava de serviço na extensão do Centro de Saúde de Espinho e como compreenderiam não podia deixar os utentes sem consultas-----

---- O Presidente da Assembleia informou que nos termos da Lei era dever dos Vereadores estarem presentes nas sessões pelo que deveriam ficar registadas na ata as respetivas ausências.-----

---- Assim, iniciou-se de seguida a apreciação e discussão da Ordem de Trabalhos, com a consecução do Período de Antes da Ordem do Dia:-----

---- **PONTO UM: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de vinte e dois de Outubro de dois mil e treze:**-----

---- Depois de efetuada a leitura da ata, foi a mesma aprovada por maioria com 26 votos a favor, e duas abstenções dos membros Dr^a. Ana Margarida Ferreira Valente e Eng^o. Carlos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Miguel Silva Gomes, que justificaram a sua votação pelo facto de não terem estado presentes naquela sessão.-----

---- De seguida foi aprovada por unanimidade a proposta da Mesa da Assembleia de dispensa da leitura da ata nas sessões desde que a mesma fosse enviada juntamente com os documentos a serem apreciados em cada sessão, havendo alguma objeção ou correção a mesma deverá comunicada até ao inicio da sessão sendo depois apreciada.-----

---- **PONTO DOIS: Leitura do Expediente:** -----

---- O Presidente da Assembleia acusou a receção do ofício datado de 26 de novembro findo Presidente da Junta de Freguesia da Marmeleira informando que conforme as competências que lhe são conferidas por lei, designou como seu substituto nas suas faltas e impedimentos o vogal que desempenha as funções de secretário José Manuel Lopes Midões;-----

---- O Presidente da Assembleia chamou a atenção dos Senhores Presidentes da Junta para a necessidade de comunicarem os seus substitutos por forma a que pudessem fazer-se substituir nas sessões quando necessário.-----

---- **PONTO TRÊS: Outros assuntos de interesse para o Município:**-----

---- Solicitados, pelo Presidente da Assembleia, os membros a pronunciarem-se sobre assuntos de inserção neste ponto, usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia José Alberto Rosa Diogo para questionar o Presidente da Câmara sobre o motivo que levou a que fosse solicitada a intervenção da GNR aquando da deslocação de um munícipe residente na freguesia da Marmeleira aos serviços da Câmara Municipal.-----

---- O Presidente da Câmara informou que o Munícipe foi apresentar uma reclamação junto do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, tendo tido uma postura incorreta colocando em causa inclusivamente o bom nome da Câmara e dos seus serviços. -----

---- No entanto ao ter conhecimento da situação foi o assunto resolvido nesse mesmo dia.-

---- Interveio de seguida o Presidente da Junta de Freguesia de Pala, Horácio Rosa da Cunha dizendo que vários munícipes da freguesia o tinham questionado com o facto de que tinha ocorrido uma reunião naquela Junta de Freguesia com toda a população da



17

H
L
Qu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Freguesia, a Câmara e a Eonergi – Energia Eólica S.A. aquando da celebração do Protocolo da instalação do Parque Eólico no Alto de Monção, Freguesia de Pala, que previa que a Freguesia seria compensada financeiramente e como não tinha conhecimento da transferência pelo Município de qualquer montante uma vez que as receitas correntes recebidas pelas Freguesias do Município eram feitas de acordo com os critérios do FEF do Orçamento de Estado, solicitou esclarecimentos sobre o assunto e fotocópia do respetivo Protocolo.-----

----- O Presidente da Assembleia respondeu à questão dizendo que o Protocolo foi assinado por ele enquanto Presidente do anterior executivo e não continha qualquer cláusula que contemplasse a transferência de verbas exclusivamente para a Freguesia de Pala, a renda prevista no Protocolo é uma receita do Município, que a utiliza como qualquer outra nos investimentos que considera prioritários para o bem estar das populações.-----

----- O Presidente da Câmara interveio de seguida e concluiu que acompanhou todo o processo e que inicialmente foi contemplada uma verba para infraestrutura que foi integralmente investida na empreitada de beneficiação e pavimentação do acesso ao Parque Eólico.-----

----- De seguida o Presidente da Assembleia apresentou o seguinte voto de Reconhecimento e Mérito às Empresas e Empresários de Mortágua e aos seus trabalhadores:-----

----- “No final de mais um ano e considerando a situação-sócio económica que o País vive, as Empresas de Mortágua, os Empresários e os seus trabalhadores são merecedores de reconhecimento público desta Assembleia Municipal pela forma como têm sabido responder a uma crise grave que se arrasta desde pelo menos 2009, inovando, criando riqueza e postos de trabalho.-----

----- Disso são testemunho:-----

----- O índice de desemprego do Município que em Outubro era de 6,67% e se mantém há muitos anos como dos mais baixos do País.-----

----- As posições honrosas nos Rankings das Empresas do Distrito, onde 15 se colocam nas primeiras trezentas, considerando o volume de negócios de 2012.-----



4
Su
su

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

---- A honrosa 5ª. posição que as empresas do Município ocupam no Ranking Distrital do valores de exportações, ocupando até o primeiro lugar no balanço positivo entre valores de importação/ exportação.-----

---- Sempre afirmamos publicamente a importância que têm todas as empresas sediadas em Mortágua para o desenvolvimento e sustentabilidade económica do Concelho.-----

---- Hoje em Mortágua existe diversificação do tecido empresarial, um número significativo de empresas exportadoras, com valores de exportação muito significativos, empresas inovadoras que exploraram nichos de mercado dos respetivos setores. -----

---- Em Mortágua, hoje como no passado, os empresários são pessoas honestas, que desenvolvem a sua atividade a pensar na sua responsabilidade social e que têm sabido manter e até criar novos postos de trabalho.-----

---- Assim, propomos que a Assembleia aprove um voto de reconhecimento e mérito às empresas de Mortágua, aos empresários e aos seus trabalhadores, que continuam a revelar capacidade para ultrapassar dificuldades, manter e criar novos postos de trabalho, criar e distribuir riqueza, num período de crise económica profunda que já leva pelo menos 5 anos. "-----

---- De seguida salientou que o Município tem obrigação de agilizar os processos e procedimentos administrativos de instalação de empresas não devendo burocratizar, antes pelo contrário apoiar os empresários simplificando, no estrito cumprimento da lei, com resposta rápida e eficaz às solicitações uma vez que muitas vezes pode estar a ser posto em causa o financiamento de projetos com candidaturas aprovadas e por conseguinte a criação de postos de trabalho. O Município nos anteriores Executivos nunca complicou, sempre agilizou quer em termos administrativos, quer em termos de prazos os processos e requerimentos dos nossos empresários, os serviços sempre responderam de forma pronta, eficiente e eficaz, e espera sinceramente que este procedimento continue.-----

---- Interveio de seguida o Dr. José Manuel de Matos Carvalho para manifestar a sua concordância ao voto de reconhecimento às empresas e trabalhadores, referindo que o grande problema de Mortágua era a diminuição da população devendo criar-se emprego para a fixação de jovens.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

A
Duarte

----- O Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que era extremamente pertinente a proposta apresentada e que Mortágua tinha excelentes empresários congratulando-se totalmente com o voto apresentado.-----

----- O Membro Prof. Celso Gomes Portugal felicitou o Presidente da Assembleia pela apresentação do voto de reconhecimento dos empresários e trabalhadores de Mortágua que tem resistido ao período de crise que o País atravessa.-----

----- Assim, e não se registando qualquer outro pedido de intervenção, passou-se à votação do voto de reconhecimento e mérito às empresas e empresários de Mortágua e seus trabalhadores que foi aprovado por unanimidade.-----

----- De seguida passou-se à consecução do Período da Ordem do Dia:-----

----- **PONTO UM: Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal:**-----

----- O Presidente da Assembleia acusou a receção do ofício do Presidente Câmara Municipal a justificar o não cumprimento do prazo de envio da informação acerca da Atividade Municipal, pelo facto de não ter sido possível recolher toda a informação em tempo útil dada a sua agenda e por não ter sido constituído Gabinete de Apoio ao Presidente o que dificultou a recolha de informação necessária.-----

----- O Presidente da Assembleia disse que compreendia a vida atribulada e agenda sobrecarregada de um Presidente da Câmara em início de mandato, relevava por isso o no momento o não cumprimento do prazo, no entanto futuramente deveria ser cumprido o prazo previsto na lei. Chamou ainda atenção para o facto de que não constava a situação financeira do Município na informação, não cumprindo deste modo a lei.-----

----- O Presidente da Câmara informou que documento que iria ler continha a situação financeira uma vez que verificou a existência dessa falha após ter remetido o mesmo à Assembleia, procedendo de seguida à sua leitura.-----

----- Terminada a intervenção, o Presidente da Assembleia solicitou os Membros presentes a pronunciarem-se sobre a mesma, e após inscrição usaram a palavra:-----

----- O Prof. Celso para solicitar esclarecimentos sobre o processo da CR&M, o Espaço do Cidadão, o Centro Tecnológico e o ponto da situação do processo de Reabilitação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

A

[Handwritten signature]
Joaquim

Barragem do Lapão.-----

----- O Presidente da Câmara informou que a CR&M era uma empresa de Formação de condução ativa que se encontrava instalada no aeródromo e ficou a dever o pagamento de rendas no valor de 13.000,00 € ao Município pela utilização daquele espaço, como foi entretanto criada outra empresa que que pretendia usar o aeródromo a Câmara estava a negociar que esta assumisse 50% do valor em dívida.-----

----- Quanto ao Espaço Cidadão o Senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa fez uma reunião em todas as Comunidades Intermunicipais de apresentação do projeto que basicamente consta de uma plataforma de acesso aos diversos serviços, devendo os Município disponibilizar o espaço e os funcionários, sendo de responsabilidade da Ministério a formação especial dos funcionários e o Software. Tendo todos os Presidentes de Câmara manifestado a sua anuência desde que a proposta fosse objetiva e que não levasse ao encerramento de outros serviços existentes nos diversos Municípios.---

----- Relativamente à Barragem do Lapão informou que no seguimento das diligências feitas junto da Senhora Diretora Regional de Agricultura teve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, que estava bem informado do processo e não tinha apurado qualquer responsável pela situação que levou ao seu estado atual, pelo que a culpa iria morrer solteira. Tendo este dado conhecimento de que a recuperação da barragem esteve para ser objeto de nova candidatura no entanto ainda não tinha decorrido o período necessário que permitisse o seu financiamento, dado que foi efetuado o pagamento de uma fatura em 2008.-----

----- Foi ainda informado de uma outra possibilidade de financiamento das obras que passava pela transformação da barragem em fins múltiplos construindo-se a jusante uma mini-hídrica. O Presidente da Câmara garantiu ainda que o assunto iria merecer pela sua parte um acompanhamento especial.-----

----- No que respeitava ao Centro Tecnológico informou que o processo encontrava-se em fase embrionária de contactos com o Biocante, Universidades e o Ministério da Economia e área a abranger seria a da floresta e das energias renováveis.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Espinho interveio de seguida para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

17
Du 21/11

dizer que durante os 8 anos de exercício daquelas funções sempre lhe tinha sido dado conhecimento quando eram sugeridas e impostas alterações de funcionamento da extensão do Centro de Saúde existente em Espinho, intervindo muitas vezes no diálogo e resolução das situações que surgiram ao longo dos anos.-----

---- E com grande tristeza veio a saber da realização de uma reunião, na qual não esteve presente, em que foi abordado o encerramento da referida extensão, lamenta a forma marginal como têm desenvolvido o assunto.-----

---- Manifestou também em nome das populações que representa a sua preocupação pelo facto da grande maioria das povoações daquela Freguesia não se encontrarem servidas com rede de telecomunicações móveis.-----

---- Inclusivamente a Visabeira pretendia instalar em terrenos da Freguesia uma antena da TMN que somente iria servir a povoação de Espinho, tendo sido decidido em sessão da Assembleia de Freguesia não permitir a colocação da antena se não houver contrapartidas.-----

---- O Presidente da Assembleia informou que a implementação da fibra ótica teve por base um concurso público lançado pelo anterior Governo, em 2009, que previu a cobertura de 42 concelhos da Região Centro, incluindo Mortágua, com Redes de Nova Geração. ----

---- A instalação da rede de fibra ótica no concelho de Mortágua estava prevista em todos as povoações e locais com telefone e era inadmissível que dissessem que o processo estava concluído, uma vez que tinha conhecimento que até mesmo as povoações limítrofes à sede do Concelho ainda não estavam servidas por aquela rede.-----

---- Uma das obrigações da concessionária era fazer a rede da fibra ótica e coloca-la à disposição de todos os operadores.-----

---- De seguida o Presidente da Câmara deu conhecimento que, no seguimento de reclamações sobre a fibra ótica, tinha promovido uma reunião com as empresas de telecomunicações tendo estas ficado de enviar plantas com as redes de serviços de telemóvel e de fibra existente no território do Município, no entanto iriam ser tomadas diligências junto da TMN no sentido de resolver a situação apresentada.-----

---- Relativamente à extensão de saúde de Espinho não foi desconsideração ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

A
Sua M.ª

Presidente da Junta de Espinho porque o desenvolvimento do processo foi muito rápido no final do mês, tendo-se realizado de imediato uma reunião na Administração Regional de Saúde de Coimbra em que lhe foi dito que não encerrariam a referida extensão.-----

---- O Membro Prof. José Alberto Rosa Diogo solicitou esclarecimentos sobre o Projeto da Rotunda do Barril e o Programa de Emergência Alimentar.-----

---- O Presidente da Câmara informou que no seguimento do contato efetuados com as Estradas de Portugal existe uma eventual possibilidade de se executar a rotunda desde que se justificasse com factos, nomeadamente registo de acidentes, a necessidade da sua construção, tendo a Câmara um projeto elaborado que iria enviar às Estradas de Portugal.-----

---- Quanto ao Programa de Emergência Alimentar era promovido pela Santa Casa da Misericórdia em parceria com a Câmara e integrava os bens alimentares oriundos da comunidade europeia e as cantinas sociais, destinado a famílias e pessoas em situação de carência sendo o levantamento das mesmas feito pelas técnicas do serviço social que procediam à entrega do cabaz às famílias não expondo deste modo as mesmas.-----

---- De seguida o Presidente da Assembleia interveio para opinar que não valia a pena escamotear as justificações e desculpas dadas para situação na reabilitação da Barragem do Lapão, que já tinham sido ouvidas as mesmas muitas vezes pelos Secretários de Estado de vários Governo.-----

---- Quanto a uma nova candidatura não via como iriam faze-la uma vez que se encontrava a decorrer na comunidade europeia um processo de averiguações e de certeza que não irá financiar uma obra que já participou anteriormente.-----

---- Não entendia como é que CCDRC entidade que administrava dos fundos comunitárias do Programa Operacional do Centro colocava a hipótese de candidatura como barragem de fins múltiplos, acrescentando ainda também que não era a solução dado ser incompatível a produção de energia elétrica com a rega, considerando o caudal de Ribeira.-----

---- Solicitou ainda que o esclarecesse sobre o motivo de arquivamento do processo da Telma uma vez que o mesmo foi levantado à Câmara no anterior mandato pela Direção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4
D. S. S. S. S.

Regional de Agricultura pelo facto de considerarem que tinha sido autorizada a construção de habitação na Felgueira em parcela de terreno que consideraram afeta à RAN.-----

----- Chamou a atenção de que informação da situação financeira do Município fazia muita falta porque demonstrava que o anterior executivo afinal tinha deixado saldo e não tinha gasto todo o dinheiro.-----

----- Aliás na última reunião de Câmara de 16 de outubro do anterior Órgão Executivo tinha ficado bem clara situação financeira do Município até aquela data, estando registado na respetiva ata, que é pública, de forma discriminada toda a despesa, a receita, os compromissos assumidos, de empreitadas, de obras por administração direta, de compromissos plurianuais de prestação de serviços e de fornecimentos, do pessoal e da Conta Crescente Jovem e saldo de tesouraria, que já nessa data era superior a 2 milhões e seiscentos mil euros valor superior ao com que iniciou qualquer dos seus mandatos.-----

----- O Presidente da Câmara interveio para dizer que não omitiu qualquer dado financeiro do Município, nem que não existia verba para a sua sustentabilidade somente disse ao Presidente da Junta de Freguesia de Pala que não poderia transferir qualquer verba para ajudar a resolver o problema de tesouraria daquela Junta uma vez que não tinha saldo para solver as despesas correntes inerentes ao seu funcionamento uma vez que não existia saldo no Plano de Atividades e mesmo que o pudesse fazer a lei que entrou em vigor logo após as eleições não o permitia sem que a Assembleia Municipal autorizasse.---

----- Projeto de execução da Rotunda existia, foi feito pela Câmara e aprovado pelas Estradas de Portugal que o incluíram naquela altura no seu Plano mas por falta de financiamento não avançaram com o processo para a sua construção.-----

----- Relativamente ao processo Telma a Senhora Dr^a. Juíza proferiu despacho de arquivamento do mesmo porque os documentos não lhe permitiam aferir com clareza em como o terreno estava afeto à RAN.-----

----- **PONTO DOIS: Apreciação e votação das Opções do Plano para o ano de 2014:---**

----- O Presidente da Câmara procedeu à leitura de um documento que entregou à Mesa, ficando arquivado na pasta dos documentos da presente sessão, de apresentação conjunta das Opções do Plano e Orçamento de 2014, e que foi distribuído por todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

A
A B
du nte

membros.-----

---- Em síntese referiu que:-----

---- O Orçamento tinha o valor 8.609.094,00 euros, na receita e na despesa, o qual poderia ser aumentado com a introdução do saldo das contas de 2013, que deveria rondar os 3,3 milhões de euros. -----

---- A base do Orçamento assentava nas linhas orientadoras do compromisso assumido em setembro com os Mortaguenses, e definiu-o como um documento “rigoroso”, “mas também ambicioso”. -----

---- O rigor na despesa iria ser uma das grandes preocupações, garantindo que a solidez financeira do Município fosse uma realidade que orgulhe os Mortaguenses, mas tendo sempre em mente valores considerados fundamentais, tais como a cidadania, a coesão e inclusão social, a solidariedade e a sustentabilidade.-----

---- Era o Orçamento possível, uma vez que estava condicionado pela crise orçamental do Estado e pela conjuntura desfavorável da economia do país e da própria Europa.-----

---- Apesar dos cortes nas transferências da Administração Central para o Município seria dada continuidade às políticas de proteção social, afirmando que em momentos de dificuldades como aqueles em que vivemos, a prioridade são as pessoas. -----

---- No Desenvolvimento Económico vão apostar fortemente, não só no Orçamento Municipal, mas também através de ações de sensibilização junto das empresas e associações empresariais. A adaptação de uma parte do Ninho de Empresas a um centro tecnológico dirigido essencialmente para a floresta e as energias renováveis, o início do processo de aquisição de terrenos tendo em vista a ampliação do Parque Industrial, são alguns dos objetivos nesta área. -----

---- Na Educação iriam manter-se os apoios às famílias no âmbito da ação social escolar; na Juventude estava previsto a criação de um incentivo à natalidade, apoiando os casais em idade de procriar. Trata-se de um apoio no valor global de 2000 euros, sendo 1000 euros atribuído no primeiro ano de vida da criança e os outros 1000 euros no 2º ano. O comércio local também iria beneficiar com esta medida.-----

---- A reativação do Conselho Municipal da Juventude, a criação do Cartão Jovem



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Municipal e a implementação do Orçamento Participativo Jovem, serão outros objetivos nesta área.-----

---- Na Ação Social, o apoio às IPSS's do concelho, o apoio à criação de um Centro de Dia na Freguesia do Sobral, o programa Município Presente, vocacionado para intervir nos casos de emergência social grave, foram algumas das medidas enunciadas. -----

---- Na Cultura referiu as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, entre outras ações previstas no plano de animação cultural do Município, a desenvolver ao longo do ano. -----

---- No Associativismo, eram garantidos os apoios necessários a todas as coletividades que mantenham atividade regular e uma gestão rigorosa e criteriosa. -----

---- Na Saúde, o Município pretendia trabalhar em colaboração com a ARS na melhoria dos serviços prestados à população, não deixando no entanto de reivindicar pelos direitos dos munícipes a um serviço de saúde público e universal. -----

---- Iria ser melhorada a cobertura ao nível da assistência domiciliária de saúde, através da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC). -----

---- Nas Infraestruturas, iria ser definido um programa de intervenção para as zonas ainda não dotadas de rede de saneamento, privilegiando as zonas que possuem estações de tratamento.-----

---- A redução das barreiras arquitetónicas e a melhoria as acessibilidades para pessoas portadoras de deficiência, em especial nos equipamentos municipais, é outro objetivo assinalado. -----

---- Nos Espaços Verdes, pretendia-se concluir o Parque das Nogueiras e ampliar o Parque Verde, partindo daí o projeto da pista de pesca e da requalificação das margens da Ribeira de Mortágua até Caparrosinha. -----

---- A revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) era considerado também um fator determinante para o desenvolvimento futuro do concelho.-----

---- O Orçamento previa dotar as Juntas de Freguesia, numa 1ª fase, de uma verba de 426.000 €. Inicialmente esta verba estava distribuída por várias rubricas mas, em Reunião de Câmara foi alterado este procedimento e passou a ficar apenas numa só rubrica sendo utilizado o critério da distribuição do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias). -----



A

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- Solicitados pelo Presidente da Assembleia os Membros a pronunciarem-se, usou da palavra a Nelson António Filipe para fazer uma análise e tecer considerações ao orçamento e Opções do Plano e projetos inscritos nas diversas rubricas das Opções do Plano e Orçamento, cujo suporte em papel fica arquivado no processo da presente sessão.-----

----- Referiu que o novo executivo eleito em setembro de 2013 mantém como princípios orientadores o que já vinha a ser praticado nos últimos anos, nomeadamente assumir os Compromissos, a Cidadania e Solidariedade, Responsabilidade e Rigor e Sustentabilidade, que tem sido apanágio de governação anterior e tem mantido a Câmara Municipal de Mortágua nos Rankings dos municípios mais bem geridos e com equilíbrios, tanto a nível estrutural, social e financeiro.-----

----- Numa visão global o documento não indicia que esses princípios estejam garantidos, principalmente pela falta de rigor e sustentabilidade. Deveriam ter uma estratégia plurianual, ou seja uma visão estratégica de planeamento para os anos de 2014/2017 que respondesse aos desafios que o concelho vai ter ou deveria ter no novo Quadro de Referência Nacional, que pelos vistos foi esquecido nas GOP.-----

----- Nas GOP apresentadas verificava-se que não estavam em conformidade com os Programas de Apoio do novo Quadro Comunitário não incluíam nem projetos nem financiamentos direcionados para as Prioridades que a Europa definiu até 2020.-----

----- Refletiam dificuldade na consolidação das receitas para garantir as verbas necessárias face às despesas orçamentadas.-----

----- O Membro Romão Afonso Pereira usou de imediato da palavra fazendo uma intervenção, cujo suporte em papel fica arquivado no processo da presente sessão, e felicitando o executivo pelo orçamento e plano de atividades apresentados.-----

----- Documento rigoroso que, embora com várias limitações financeiras, não colocava de alguma forma o crescimento e desenvolvimento do concelho em causa. Um desenvolvimento sustentável preocupado com as gerações futuras.-----

----- Destacou as propostas do Conselho Municipal da Juventude, do Orçamento Participativo Jovem, do Cartão Jovem, do “apoio à natalidade e famílias”; a ampliação do



✶

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

parque industrial, o apoio ao empreendedorismo e o gabinete de desenvolvimento tecnológico que espelhavam bem a aposta na criação de emprego, tanto para jovens licenciados como não licenciados.-----

---- Referiu que a necessidade de combater as taxas cada vez mais negativas do desaproveitamento da mão-de-obra licenciada natural de Mortágua será, assim, uma realidade.-----

---- Afirmou que a taxa é baixa mas é igualmente verdade que não temos conseguido aproveitar os nossos jovens com formação superior. Por exemplo passou de 51 para 64 o número de jovens licenciados que não têm emprego. Sabemos ainda que nos últimos 10 anos Mortágua foi o segundo Concelho do distrito de Viseu quem percentagem mais jovens perdeu. É por isso urgente tomar medidas para minimizar estes danos.-----

---- Enalteceu a nova forma de política, tanto na natalidade como no emprego, que trará certamente resultados e fixação de jovens, tão fundamentais e vitais para o futuro da nossa terra.-----

---- O Presidente da Assembleia interveio para questionar as afirmações relativamente aos dados do desemprego dos jovens licenciados e solicitou à sua demonstração com dados oficiais.-----

---- Em resposta o Membro Romão Afonso Pereira esclareceu que a referência que fez em relação aos restantes Concelhos do Distrito foi respeitante à perda de jovens reportada aos CENSOS.-----

---- Tendo ficado desta forma esclarecida a questão.-----

---- De seguida o Membro Eng^o. José Manuel Abreu da Conceição fez uma intervenção, cujo suporte em papel fica arquivado no processo da presente sessão, para fazer uma apreciação generalizada ao Orçamento e Opções do Plano e tecer algumas considerações salientando que "Compromisso, Cidadania e Solidariedade, Responsabilidade e Rigor, Sustentabilidade" foram sempre princípios orientadores do orçamento municipal nos últimos 24 anos.-----

---- O Orçamento e as GOP de 2014 não indiciam para já que estes princípios continuem a ser garantidos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

17
A. B. Silva

----- Enquanto que nos últimos anos a receita orçamentada cresceu continuamente o orçamento de 2014 tem uma variação negativa de cerca de 18% em relação ao de 2013, menos 1.881.801,00 €.

----- A análise do orçamento permite concluir que as receitas próprias do Município diminuem cerca de 1 milhão o que representa a diminuição da autonomia financeira em mais de 4% e o grau de dependência de receitas exterior em cerca de 5%.

----- O financiamento definido nas Grandes Opções do Plano diminui 40,58% em relação a 2013.

----- Foram definidos 3.583.019,00 € e destes apenas 2.256.500,00 € se reportam ao Plano de Investimentos de 2014.

----- Ao contrário do que seria normal o financiamento previsto para os anos seguintes resume-se a cerca de um milhão de euros, o que demonstra claramente que o Plano foi feito sem qualquer estratégia de planeamento futuro, é claramente em cima dos joelhos. --

----- Nem os projetos plurianuais mais importantes mereceram qualquer tipo de atenção na previsão de investimentos plurianuais.

----- Não é um orçamento de responsabilidade nem de rigor, deixando-nos muito preocupados quanto à continuação da sustentabilidade de um concelho coeso e socialmente justo.

----- Manifestou ainda a sua discordância com o que foi escrito no 2º. Parágrafo da página 7 da apresentação do Orçamento e Plano que subentendia que as finanças do Município não estavam consolidadas, o que não correspondia à realidade dada a existência de um saldo de mais de 2 milhões de euros.

----- O Presidente da Câmara interveio respondendo às interpelações dizendo que o Membro Nelson António Filipe não tinha o mesmo documento que ele e que ainda não se tinha conhecimento do QREN.

----- Informou o que tinha escrito na apresentação do Orçamento e Plano significava que iria continuar a fazer-se uma gestão financeira rigor, de contenção e se possível mesmo redução de despesas correntes somente isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4
A
13/11

----- Que as rubricas do Plano que tinham valores pouco definidos iriam ser reforçadas com entrada do saldo da gerência de 2013 aquando da Revisão após aprovação dos Documentos de Prestação de Contas.-----

----- Prestadas informações e não havendo mais pedidos de intervenção, foi o documento posto à votação e aprovado por maioria, com 11 votos a favor dos membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/PSD e 17 abstenções, sendo 15 dos membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PS, Dr. Afonso Sequeira Abrantes, Prof. Celso Gomes Portugal Rosa, Prof. Alcina Maria Gomes Rosa Saraiva, Eng^o. José Manuel Abreu da Conceição, Nelson António Rodrigues Filipe, Dr^a. Ana Rita Pereira de Sousa Ramos, Dr. Luís Miguel Afonso Abrantes, Prof. Rui Alcino Martins Alves Ferreira, Dr^a. Elsa Marisa de Abreu Rodrigues Batista; Dr^o. Luis Miguel de Sousa Dias, Eng^o. Filipe António da Cruz Ferreira, Nelson dos Santos, Prof- José Alberto Rosa Diogo, Licinio Lopes e Vitor Manuel Rosa Pina, e 2 dos membros do CDS-PP, Dr^a. Ana Margarida Ferreira Valente e Fernando Miguel Ferreira Costa, bem como o anexo referente às taxas municipais para 2014.-----

----- **PONTO TRÊS: Apreciação e votação da Proposta de Orçamento Municipal para o ano de 2014:**-----

----- Uma vez que Orçamento foi apresentado conjuntamente com as Opções do Plano e não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se de imediato à votação do Orçamento, tendo sido aprovado por maioria, com 11 votos a favor dos membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/PSD e 17 abstenções, sendo 15 dos membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PS, Dr. Afonso Sequeira Abrantes, Prof. Celso Gomes Portugal Rosa, Prof. Alcina Maria Gomes Rosa Saraiva, Eng^o. José Manuel Abreu da Conceição, Nelson António Rodrigues Filipe, Dr^a. Ana Rita Pereira de Sousa Ramos, Dr. Luís Miguel Afonso Abrantes, Prof. Rui Alcino Martins Alves Ferreira, Dr^a. Elsa Marisa de Abreu Rodrigues Batista; Dr^o. Luis Miguel de Sousa Dias, Eng^o. Filipe António da Cruz Ferreira, Nelson dos Santos, Prof- José Alberto Rosa Diogo, Licinio Lopes e Vitor Manuel Rosa Pina, e 2 dos membros do CDS-PP, Dr^a. Ana Margarida Ferreira Valente e Fernando Miguel Ferreira Costa .-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

17
[Handwritten signature]

----- PONTO QUATRO: Apreciação e votação do Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2014:-----

----- O Presidente da Câmara informou que o Mapa de Pessoal teve em atenção as Opções do Plano (Plano de Atividades) para dois mil e catorze e as competências das unidades orgânicas previstas na organização Municipal, e cujo documento se dá aqui por integralmente reproduzido ficando arquivado no processo da presente sessão.-----

----- Não se registando qualquer pedido de esclarecimentos foi Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2014, colocado à votação e aprovado por maioria, com 26 votos a favor, sendo 15 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 11 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/PSD, e 2 abstenções dos membros do CDS-PP, Dr^a. Ana Margarida Ferreira Valente e Fernando Miguel Ferreira da Costa-----

----- PONTO CINCO: Apreciação e votação da Proposta de Transferência de verbas para as Freguesias (alínea j) do nº. 1 do artº. 25º., Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro:-----

----- O Presidente da Câmara justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, pelo facto de as Juntas de Freguesia serem os órgãos mais próximos das populações que melhor podem responder a algumas das suas solicitações, pelo que havia de dotá-las dos respetivos meios financeiros.-----

----- Depois de suscitados o membros para se pronunciarem sobre o assunto usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Marmeleira para tecer algumas considerações e reparos à forma como foi desenvolvido o processo que culminou com a apresentação da proposta em apreciação.-----

----- O Presidente da Câmara respondeu dizendo que foram inicialmente feitos contactos e posteriormente reunião com Presidentes de Junta de Freguesia para auscultá-los sobre o montante a transferir, e que inicialmente a verba de 426.000,00 € estava distribuída por várias rubricas mas, em Reunião de Câmara foi alterado este procedimento e passou a ficar apenas numa só rubrica.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4
Du 20/12

---- Assegurou também que as competências a transferir mediante a celebração de os contratos previstos na lei serão sempre complementadas com o justo financiamento.-----

---- Como não se registou qualquer outro pedido de intervenção, foi o documento colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

---- **PONTO SEIS: Apreciação e votação da Proposta de abono de Despesas de Representação dos Dirigentes Municipais, de acordo com o disposto no artigo 24º. da Lei 49/2012, de 29 de Agosto:**-----

---- O Presidente da Câmara justificou a apresentação da proposta, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão, informando que nos termos do artigo 24º. da Lei nº.49/2012, de 29 de agosto aos titulares de cargos de direção superior de 1º. Grau e de direção intermédia de 1º. e 2º. graus podem ser abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o nº.2 do artigo 31º. da Lei nº. 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº. 64/2011, de 22 de dezembro, passando também nos termos da referida Lei a ser da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, a aprovação de atribuição de abono para despesas de representação aos titulares dos cargos dirigentes do município de Mortágua, Chefes de Divisão, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, atualmente no valor de 180,97 €.

---- Como não se registou qualquer pedido de esclarecimento foi proposta colocada à votação e aprovada por maioria com 25 votos a favor, sendo 14 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 11 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/PSD, e 3 abstenções, sendo 2 dos membros do CDS-PP, Drª. Ana Margarida Ferreira Valente e Fernando Miguel e 1 de membro do PS, Prof. Alcina Maria Gomes Rosa Saraiva.

---- **PONTO SETE: Apreciação e votação da Autorização Prévia Genérica à Assunção de Compromissos Plurianuais – Lei dos Compromissos:**-----

---- O Presidente da Câmara justificou a apresentação da proposta, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão, referindo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4
Du M M

que a mesma se deve ao facto de se tornar necessário agilizar os procedimentos de gestão corrente da atividade do Município que, de outra forma, teriam que aguardar pelas respetivas sessões da Assembleia para se poderem efetivar .-----

---- De seguida os Membros do Partido Socialista apresentaram uma proposta de alteração ao ponto 2 da proposta de Autorização Prévia Genérica à Assunção de Compromissos Plurianuais, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que fica arquivada no processo da presente sessão e que foi lida pelo Presidente da Assembleia.-----

---- Assim e depois de apreciada a proposta de alteração e de esclarecidos os preceitos legais, foi o assunto colocado à votação, tendo sido a Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos compromissos (LCPA), com a alteração apresentada pelo PS, aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 15 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 10 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/PSD, e 3 abstenções, sendo 2 dos membros do CDS-PP, Ana Margarida Ferreira Valente e Fernando Miguel Ferreira da Costa e 1 de membro do PPD/PSD, Engº. Raul da Silva Marta.-----

---- **PONTO OITO: Apreciação e votação da Autorização de Aumento Excecional de Fundos Disponíveis – Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro/Saldo da Gerência Anterior:-----**

---- O Presidente da Câmara justificou a apresentação da proposta, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão, referindo que compete à Assembleia autorizar a utilização, total ou parcial, do saldo transitado do ano anterior para cálculos dos fundos disponíveis, ao abrigo do previsto na alínea a), do nº.3, do artigo 5º. do Decreto-Lei nº. 127/2012, sendo esta utilização distinta da integração do saldo da gerência no orçamento que ocorre após a aprovação de contas.-----

---- Não se registando qualquer pedido de intervenção foi o documento colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria a autorização de aumento excecional de 2 milhões de euros de fundos disponíveis, com 26 votos a favor, sendo 15 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 11 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/PSD, e 2 abstenções dos membros eleitos pelo CDS-PP, Drª. Ana Margarida Ferreira Valente e Fernando Miguel Ferreira da Costa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4
Duarte

----- **PONTO NOVE: Apreciação e votação do Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para a execução por administração direta de obras e reparações de valor superior a 149.639,37 € (nº.2 do artº. 18º. do Decreto – Lei nº. 197/99, de 8 de Junho):--**

----- O Presidente da Câmara justificou sumariamente os motivos que levaram à apresentação do pedido, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, salientando que a execução de obras por administração direta é a melhor forma da Câmara rentabilizar os meios técnicos e recursos humanos que possui ao seu serviço.-----

----- Não se registando qualquer pedido de intervenção foi o documento colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com 26 votos a favor, sendo 15 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 11 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/PSD, e 2 votos contra dos membros do CDS-PP, Drª. Ana Margarida Ferreira Valente e Fernando Miguel que apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

----- Pese embora admita que a Câmara para efeitos práticos e de execução orçamental tenha que ter possibilidade da administração direta, entende que o valor previsto na lei de 149.639,37 € é perfeitamente adequado e justo tendo em conta até o orçamento do Município acham exagerado a apreciação deste ponto permitindo a autorização até ao montante de 750.000,00€ e que põem em causa a transparência e a confiança que é necessária aos munícipes e empreiteiros visados.-----

----- **PONTO DEZ: Ratificação da deliberação da Reunião de Câmara de 18/12/2013 de Gratuidade do Fornecimento de Refeições no Ensino Pré-Escolar e no 1º. Ciclo do Ensino Básico Públicos:**-----

----- O Presidente da Câmara informou que a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido ficando arquivado na pasta de documentos da presente sessão, se ficava a dever ao facto de a lei não ser clara quanto à competência da Câmara para a redução de pagamento de valores devidos pela prestação de serviços do Município pelo que para que não ficasse qualquer dúvida quanto à legalidade da deliberação efetuada se pedia a ratificação da Assembleia Municipal .-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

A
duarte

----- Suscitados pelo Presidente da Assembleia a pronunciarem-se, usou da palavra o Prof. Celso Gomes Rosa Diogo para dizer que não achava estranho a apresentação da proposta por parte do Senhor Presidente da Câmara, mas achava estranho que o PPD/PSD concordasse com ela dado que nos mandatos anteriores foi contra a gratuidade porque achava que devia pagar quem podia e devia ter refeições gratuitas quem não podia pagar, no entanto ficava satisfeito que tivessem mudado de opinião só podia congratular-se com isso, e que iria votar a favor porque sempre foi a favor desta medida.-----

----- O Enf. Vitor Manuel Duarte Ferreira interveio de seguida para dizer que era importante o dialogo politico porque era importante concertar posições tendo em conta a situação que o país vivia e que o PSD apesar se ter absterido nos últimos 4 anos não deixava de defender os valores da justiça social e da solidariedade.-----

----- No entanto dadas as circunstâncias entendia que o PSD não deveria acabar com qualquer medida existente de cariz social daquela natureza considerando o momento difícil que as famílias viviam.-----

----- Como não se registou qualquer pedido de intervenção, foi o assunto colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

----- De seguida o Presidente da Assembleia propôs que, considerando a existência de diversos assuntos cuja votação obrigava a eleição e considerando que as mesmas não envolviam a apreciação de comportamento ou qualidades de pessoas, a votação fosse feita de forma nominal de braço no ar, tendo a Assembleia concordado unanimemente com a proposta, passando-se assim à consecução da restante ordem de trabalhos.-----

----- **PONTO ONZE: Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para representação das Freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação:-----**

----- Os membros do Partido Socialista apresentaram uma proposta, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão, e não se tendo verificado qualquer outra proposta alternativa, foi colocada à votação e aprovada por unanimidade, sendo assim eleito, o Presidente da Junta de Freguesia da Marmeleira, José Alberto Rosa Diogo, para representação das Freguesias do Município no Conselho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Municipal de Educação.-----

----- **PONTO DOZE: Apreciação e votação da Proposta de nomeação dos Membros que constituem o Conselho Municipal de Educação (artº. 6º. da Lei nº. 7/2003, de 15 de Janeiro).**-----

----- O Presidente da Câmara justificou a proposta em apreciação, que dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada na processo da presente sessão, informando que nos termos do artigo 5º. do Regimento do Conselho Municipal de Educação de Mortágua os membros do Conselho são designados pelo período correspondente ao mandato autárquico. Considerando que se iniciou a vinte e dois de Outubro de dois mil e treze um novo o mandato autárquico, solicitou-se às Instituições que, conforme dispõe o artº. 3º. do Decreto - Lei nº. 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 41/2003, de 22 de agosto, fazem parte da composição do Conselho Municipal de Educação que indicassem os respetivos representantes, devendo a Assembleia, nos termos da lei proceder à sua nomeação como membros do Conselho Municipal de Educação para o presente mandato autárquico.-----

----- Assim, e não se registando qualquer pedido de esclarecimento, foi a proposta sujeita a votação e aprovada por unanimidade.-----

----- **PONTO TREZE: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Lei nº. 14/2004, de 8 de Maio):**-----

----- Foram apresentadas duas listas uma pelos membros do Partido Socialista a que foi atribuída a denominação de lista A e outra pelos membros do PPD/PSD, a que foi atribuída a denominação de lista B, que se dão aqui por integralmente reproduzidas e que ficam arquivadas no processo da presente sessão, e depois de votadas em alternativa, verificou-se a seguinte resultado: lista A com 15 votos a favor dos membros do PS e 2 abstenções do CDS-PP, a lista B com 11 votos a favor dos membros do PPD/PSD e 2 abstenções dos membros do CDS-PP .-----

----- Assim, foi aprovada por maioria a lista A com 15 votos a favor e 2 abstenções dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

membros do CDS-PP, Dr^a. Ana Margarida Ferreira Valente e Fernando Jorge Ferreira da Costa, sendo eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Trezoi, Licínio Lopes.-----

----- **PONTO CATORZE: Composição do Conselho Municipal de Segurança:**-----

----- **PONTO CATORZE UM: Designação dos 4 Presidentes de Junta de Freguesia, nos termos da alínea d) do artº.4º. do Regulamento do Conselho:**-----

----- Os Membros do Partido Socialista apresentaram uma proposta de designação dos quatro Presidentes de Junta de Freguesia, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão.-----

----- Como não se verificou qualquer outra proposta alternativa foi posta à votação e foram eleitos por maioria, com 25 votos a favor, sendo 15 dos membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 10 dos membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/ PSD e 3 abstenções, sendo 1 de membro do PPD/PSD, Engº. Raul da Silva Marta e 2 abstenções dos membros do CDS-PP, Dr^a. Ana Margarida Ferreira Valente e Fernando Miguel da Silva Costa: Presidente da Junta de Freguesia de Espinho, Nelson Santos; Presidente da Junta de Freguesia da Marmeleira – José Alberto Rosa Diogo; Presidente da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça –Vitor Manuel Rosa Pina; Presidente da Junta de Freguesia de Cercosa – Filipe António da Cruz Ferreira.-----

----- **PONTO CATORZE DOIS: Designação de 10 cidadãos de reconhecida idoneidade, nos termos da alínea k) do artº. 4º. do Regulamento do Conselho:**-----

----- O Membros do Partido Socialista apresentaram uma proposta de designação dos dez cidadãos, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão.-----

----- Como não se verificou qualquer outra proposta alternativa foi mesma posta à votação, e foram por maioria, com 24 votos a favor, sendo 15 dos membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 9 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/PSD e 4 abstenções, sendo 2 de membros do PPD/PSD, Engº. Raul da Silva Marta, e Engº. Carlos Miguel Silva Gomes e 2 dos membros do CDS-PP Dr^a. Ana Margarida Ferreira Valente e Fernando Miguel Ferreira da Costa, designados os cidadãos: Ana Mafalda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Pardal; António Lourenço Ferreira; Artur Manuel Rosa Breda; Célia Monteiro Santos Abreu Conceição; Gualter Angelo Mendes; Jorge Alexandre Ferreira Santos; Jorge Paulo Simões Gomes; José Luís Remédio Saraiva; Laurindo Vieira Marques; Teresa Margarida Borges Gaudêncio.-----

----- **PONTO QUINZE: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a constituição do Conselho Cinegético Municipal, nos termos da alínea e) do nº. 2 do artº.157º. do Decreto – Lei nº. 202/2004, de 18 de agosto:**-----

----- Os membros do Partido Socialista apresentaram uma proposta, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão, não se tendo verificado qualquer outra proposta alternativa.-----

----- Não se registando qualquer pedido de esclarecimento foi mesma colocada à votação e foi eleito por maioria, com 27 votos a favor, sendo 15 dos membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 10 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PPP/PSD e 2 de membros do CDS-PP, Drª. Ana Margarida Ferreira Valente e Fernando Miguel Ferreira da Costa, e 1 abstenção de membro do PPD/PSD, Engº. Raul da Silva Marta, o Presidente de Junta de Freguesia de Espinho, Nelson Santos.-----

----- **PONTO DEZASSEIS: Eleição de 4 Membros da Assembleia Municipal de Mortágua para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Coimbra, nos termos do artº. 83º., Anexo I, da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro:**-----

----- O Presidente da Assembleia informou que, nos termos do nº. 3 do artº. 83º., da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, a eleição faz-se pelo colégio eleitoral constituído pelo membros eleitos diretamente das Assembleias Municipais, mediante apresentação de lista.-

----- De imediato foram apresentadas na Mesa duas propostas de lista uma subscrita pelos Membros do P.S, a que foi atribuída a denominação de A e a outra subscrita pelos Membros do PPD/PSD, a que foi atribuída a denominação de B e que se dão aqui por integralmente reproduzidas, ficando arquivadas no processo da presente sessão.-----

----- Verificando-se a existência de condições para proceder à eleição iniciou-se de imediato a realização do ato, sendo o colégio eleitoral constituído pelos 21 membros eleitos diretamente para a Assembleia Municipal de Mortágua, estando presentes os 21 realizou-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

A
Du
Luz

- se de seguida a votação e após apuramento dos resultados registaram-se 10 votos a favor para a lista A e 9 votos a favor para a lista B, e 2 abstenções foram eleitos, por método de Hont, os seguintes membros efetivos: Afonso Sequeira Abrantes; José Manuel de Matos Carvalho; Alcina Maria Gomes Rosa Saraiva; Romão Afonso Pereira e como suplente Luís Miguel Afonso Abrantes.-----

----- **PONTO DEZASSETE: Designação do Representante do Município no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde ACES Baixo Mondego - alínea b), do nº. 1 do artº. 31º. do Decreto – Lei 28/2008, de 22 de fevereiro:**-----

----- O Presidente da Assembleia informou que na ordem do dia por lapso foi mencionado representante da Assembleia quando nos termos da alínea b) do nº. 1 do artº. 31º. do Decreto-Lei nº. 28/2008, de 22 de fevereiro deveria ser representante do município pelo que solicitou que consideração essa correção, dado tratar-se de um mero erro material. ----

----- Os Membros Partido Socialista apresentaram uma proposta que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão.-----

----- Não se verificando a apresentação de qualquer outra, foi a proposta apresentada pelo Partido Socialista colocada à votação, e foi designado por maioria, com 27 votos a favor, sendo 15 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 10 de membros e Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/PSD e 2 dos membros do CDS-PP, e 1 abstenção de membro PPD/PSD, representante do Município de Mortágua no Conselho da Comunidade do Agrupamento do Centro de Saúde (ACES) Baixo Mondego III, conforme alínea b) do nº. 1 do artº. 31º. do Decreto – Lei nº. 28/2008, de 22 de Fevereiro, o Dr. Acácio Fonseca Fernandes,-----

----- **PONTO DEZOITO: Apreciação e votação da Proposta de Seguro de Acidente Pessoais dos Membros da Assembleia Municipal (artº. 17º. da Lei nº. 29/87, de 30 de Junho):**-----

----- O Presidente da Assembleia informou que com o início do mandato autárquico tornava-se necessário que a Assembleia deliberasse, conforme o disposto no nº. 1 do artº. 17º. da Lei nº. 29/87, de 30 de Junho sobre o valor dos montantes de cobertura do seguro de acidentes pessoais dos membros que constituem este órgão deliberativo, e apresentou



17

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nesse sentido uma proposta da Mesa , que se dá aqui por integralmente reproduzida e que fica arquivada na pasta de documentação da presente reunião.-----

---- Como não se registou qualquer pedido de intervenção, foi o documento colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

---- PONTO DEZANOVE: Apreciação e votação da Moção – Oposição ao Encerramento dos Serviços de Finanças em Nome da Coesão Territorial e do Bem-Estar dos Munícipes:-----

---- O Presidente da Câmara prestou mais algumas informações sobre o documento que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão.-----

---- Os membros do Partido Socialista apresentaram uma adenda à moção, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão, não se tendo verificado qualquer outra proposta alternativa.-----

---- Depois de apreciada e discutida a adenda à Moção mereceu a concordância de todo o Plenário.-----

---- Assim colocada à votação a Moção – Oposição ao Encerramento dos Serviços de Finanças em Nome da Coesão Territorial e do Bem-Estar dos Munícipes foi aprovada por unanimidade com a adenda apresentada pelo PS.-----

---- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção destinado ao público presente, não se tendo, no entanto, verificado qualquer pedido.-----

---- Finalmente, foi lida a ata em minuta que, após votação, foi aprovada por unanimidade.-

---- E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.-----

Handwritten signature

Elze B. Costa

Tichauulhankim